

Apresentação do Dossiê:
Teorias da história e usos do passado

Lúcio Geller Junior,¹ UFRGS
Pedro Henrique Batistella,² UFOP

A proposta deste dossiê surgiu de uma inquietação, dentro do campo da teoria da história, a respeito do conceito de “usos do passado”. Hoje, de modo geral, bem estabelecido dentro da historiografia, o mesmo tem origem na segunda metade do século XX, como uma das tantas noções derivadas da assim chamada “virada memorial”. Seu pano de fundo foi, essencialmente, o debate sobre como e por que diferentes sociedades recorrem ao passado para dar sentido ao presente, construir identidades ou legitimar projetos políticos, encabeçado por nomes como François Bédarida, François Hartog, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michael Pollak, Pierre Nora, Paul Ricoeur e Robert Frank.

No entanto, essa ideia de *usar* o passado, ainda que pensada como um instrumento de análise crítica das formas pelas quais este é invocado para agir no presente, sempre nos causou certo desconforto, no sentido de que algo que está *dado, consolidado, sedimentado* e, acima de tudo, *assentado no pretérito*, é pleiteado pelo presente, o qual está - de forma correta, diga-se de passagem -, em construção. Ora, mas também não estaria o passado em construção? Afinal, o próprio gesto de recorrer ao passado, assumindo esse sentido, não o colocaria em eterna *(re)construção*? Na verdade, o que queremos propor é que não se trata nem disso. E sim, que o passado está, de fato, também em construção, ou mesmo em eterna reconstrução - como se queira -, porque ele não carrega um *sentido puro*, essencial, que é usado ao *bel prazer* do presente, o seu grande escultor.

Essas duas dimensões, passado e presente, não estão cindidas uma da outra, mas entretecidas. O uso, portanto, está no próprio processo, na sua incidência ou nos efeitos daquilo que é inscrito em um presente constituído por múltiplos ritmos e frequências de temporalização. Não nos cabe, evidentemente, a originalidade de tais postulações. Há bastante tempo, teóricos da história como Alun Munslow, Arthur Lima de Ávila, Berber Bevernage, Ethan Kleinberg, Dominick LaCapra, Fernando Nicolazzi, Joan Scott, Hayden White, Keith Jenkins, Maria da Glória de Oliveira, Rodrigo Turin, Walderez Ramalho, Zoltán Simon, entre

¹ Doutorando do PPGH/UFRGS; membro do Laboratório de Estudos sobre os Usos do Passado (Luppa). lucio.geller@gmail.com.

² Doutorando do PPGH/UFOP; membro do Laboratório Plural: história e ética. pedrohbatistella@gmail.com.

muitos outros, vêm levantando a relevância dessa discussão que, nas belas palavras de Michel-Rolph Trouillot (p. 2016, 41), compreende que o passado:

[...] só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo *lá* porque estou *aqui*. Mas nada está inerentemente lá ou aqui. Nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado – ou, para ser mais preciso, a preteridade (*pastness*) – é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado *como passado*.

E se o passado, como nos diz Trouillot, *não está passado* - ou seja, ele permanece - e, ao mesmo tempo, não possui um conteúdo intrínseco, pois se movimenta, se acumula e depende de fatores contingentes, isto coloca a própria crítica das formas de usos do passado em questão. Isto é, *a história não está fora da história* nesse jogo de *lá* e *aqui*. A primeira, enquanto o estudo, em linhas gerais, da segunda - as *res gestae* (as coisas feitas) -, está ela própria dentro desta, sendo concebida, inequivocamente, como um de seus usos. Não se trata, todavia, de minguar a crítica, mas de vê-la como um efeito desse *continuum* da temporalização moderna, coexistente e paralela a outras formas de usos do passado (memórias coletivas, patrimônios histórico culturais, narrativas históricas, discursos políticos, educação e ensino etc.).

Uma maneira interessante de explorar tais condições é observar a vasta gama de tensionamentos que a disciplina histórica tem atravessado atualmente. Segundo Francisco Santiago Júnior (2015, p. 272), muitas das manifestações de memória, patrimonialização, dentre outras, surgiram para “fazer o que a história historiográfica não fora capaz de fazer até então: conferir passado àqueles que dele acreditam precisar e do qual ainda não dispunham”. Daí os movimentos sociais, para não nos deixar mentir, que há anos reivindicam a centralidade das noções de raça e gênero para a compreensão das histórias nacionais e das relações de poder. Obviamente, “é muito difícil separar teoricamente os usos e os *abusos públicos* da memória e da história” (Santiago Júnior, p. 272, *grifos nossos*), como os ataques anti-democráticos e negacionistas à legitimidade do saber histórico que, sem sombra de dúvida, estão em um campo radicalmente oposto ao primeiro tipo de tensionamento.

Dadas essas condições, é fundamental debater coletivamente sobre as condições de legitimação do estatuto disciplinar e profissional da história, bem como sobre a função da história no mundo contemporâneo. Em razão disso, decidimos oferecer com o presente dossiê temático um espaço dedicado às discussões em torno de questões epistemológicas, teóricas e metodológicas relacionadas à produção de conhecimento histórico e historiográfico e à atuação em história em diferentes espaços. Buscamos reunir trabalhos ligados à

temporalidades, memórias, patrimônios e comemorações, temas sensíveis e embates públicos da história (negacionismos, passados práticos, políticas de tempo, culturas de passado, regimes de historicidade etc). Assim, conseguimos acolher nestas páginas contribuições e críticas ao campo, atravessadas pelas discussões de gênero e étnico-raciais, de perspectivas epistemológicas da diferença, de filosofias da história, de humanidades digitais, das memórias do capitalismo e do problema das dissimulações deliberadas da história e da memória. Dessa forma, notamos que seria possível dividir este dossiê em três partes. A primeira delas, intitulada *Críticas pluralistas à história historiográfica*, reúne artigos que articulam a escrita da história como um ato ético, político e epistemológico voltado à revisão dos silêncios e exclusões que moldaram memórias e representações do passado. Em *Às margens da Memória: disputas, silêncios e narrativas a partir do Museu da Inconfidência*, os historiadores Ana Conrado Ferreira Rocha, e Pedro Henrique de Castro Falci, apresentam em seu artigo reflexões ético-políticas sobre a dinâmica de musealização da cidade de Ouro Preto a partir da história da Inconfidência Mineira. Por meio da construção de um consistente arcabouço teórico, os autores demonstram como nas políticas de patrimonialização e musealização, ocorridas ao longo da história institucional do Museu da Inconfidência, estiveram subsumidas práticas de narrativização, exposição e performances que condicionaram o apagamento da população negra enquanto sujeitos políticos, sociais e epistêmicos da cidade mineira. A historicização desse fenômeno pavimenta a construção de uma interpretação sobre a recente inclusão do Museu da Inconfidência na rede dos Lugares Históricos das Rotas dos Povos Escravizados da Unesco. Sem negar os efeitos ético-políticos para a inscrição da presença negra na exposição do museu, Conrado e Falci apontam para a necessidade de rupturas epistêmicas na política da instituição, de modo que a dimensão epistêmica da diferença constitua o eixo da política de ação do museu.

Em seguida, Ricardo Aguirre de Moraes, no artigo *Espaço Social e Negritude: O Clube Doze de Outubro entre Memória e Representatividade em Palmeira das Missões, RS (1940–2000)*, aborda a história do pós-abolição no município gaúcho de Palmeira das Missões através da tematização do clube negro Doze de Outubro, que funcionou como um espaço de sociabilidade da população negra entre a década de 1940 e o ano 2000. Moraes demonstra, em uma perspectiva diacrônica, as práticas coletivas de resistência construídas por indivíduos e grupos negros no período republicano brasileiro, evidenciando como o associativismo negro possibilitou a afirmação da negritude em um espaço urbano conformado pelo missionarismo católico, o racismo estrutural e a agricultura extensiva. O historiador concebe a escrita da

história do clube Doze de Outubro como uma forma de intervenção ético-política no sistema de ensino do município a fim de preencher a lacuna do esquecimento da memória negra ao longo do século XX. Por isso, propõe a inserção da temática do associativismo negro no material didático municipal como ferramenta para a educação antirracista.

Por fim, Missilônia Mirele de Oliveira Silva fecha essa primeira parte com o seu “*O silêncio dá graça as mulheres*”: *religião, poder e memória entre as mulheres da Grécia Antiga*. Nele, a historiadora analisa como as mulheres da Grécia Antiga exerceram papéis centrais no campo da religiosidade e como essas atuações foram registradas (ou invisibilizadas) pela historiografia ao longo dos anos. Silva demonstra que, embora excluídas da política, as gregas encontraram na religiosidade um espaço legítimo de poder simbólico e social. Com base em fontes primárias e em teóricas como Joan Scott, Nicole Loraux, Michel-Rolph Trouillot, Paul Veyne e Peter Burke, o estudo questiona os silêncios da história oficial e propõe uma releitura crítica dos critérios que definem o que é digno de ser lembrado. Assim, recuperar o papel religioso das mulheres torna-se um gesto político e epistemológico de reivindicação de passados mais plurais e de crítica às estruturas de poder que moldaram a escrita da história.

A segunda parte do dossiê foi denominada *Teorias da história diante da produção contemporânea de conhecimento histórico*. Os artigos reunidos nela evidenciam que a compreensão do passado depende de cenários e de processos interpretativos específicos, com diferentes incidências e repercussões, que moldam tanto a escrita quanto a legitimação da história. De início, Miguel Barboza Castro, apresenta uma reflexão inicial sobre as relações entre inteligências artificiais (IA's) e representações históricas como um exercício analítico preliminar de aplicação da noção de “usos sintéticos do passado”. Por meio de uma consistente revisão bibliográfica sobre a temática e do desenvolvimento da sua dimensão sociotécnica constitutiva, o historiador situa o objeto em seus aspectos epistemológicos, o que permitiu o apontamento de transformações do estatuto dos usos, difusão e recepção pública do conhecimento histórico nos ambientes digitais após a popularização das IA's. Castro demonstra esse fenômeno através da análise de conteúdos sobre períodos históricos da escravidão e da ditadura militar-brasileira no *TikTok* enquanto uma aplicação prática de “uso sintético do passado”. Por meio disso, o historiador explica o funcionamento entre a lógica algorítmica, a experiência individual e subjetiva do usuário e o estatuto da representação do passado consumida no ambiente digital. Compreendendo essa articulação como uma “espécie de história sob demanda” produzida por meio das IA's, o historiador finaliza o seu

Prolegômenos aos Usos Sintéticos do Passado no Contexto das Inteligências Artificiais com uma reflexão sobre as implicações dessa modalidade de usos do passado para as condições de produção de escrita histórica e da legitimação pública da figura dos historiadores.

Não obstante a mediação digital e algorítmica da produção de conhecimento histórico, o historiador Cristian Bianchini de Athayde, em *Compreensão Histórica e Responsividade Ética: articulações teóricas no cruzamento entre Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História*, nos convida a uma reflexão sobre diferentes modos de lidar e interpretar realidades históricas, porém centrada nas discussões sobre compreensão crítica, responsabilidade e engajamento ético. Tais questões, que, como nos diz Athayde, não se limitam ao âmbito acadêmico, orientam formas de pensar o existir historicamente. O que é algo que necessariamente nos leva a uma dimensão filosófica da história. E é exatamente por esses caminhos que o historiador percorre. Com base em um rico levantamento bibliográfico e desenvolvendo discussões teóricas da histórica - recentes e de longa data -, Athayde constrói um artigo que serve tanto de porta de entrada para quem busca conhecer o campo da Filosofia da História, quanto de aprofundamento e diálogo para quem já está inserido em seus debates. Em particular, podemos compreender os contornos e as convergências das assim chamadas Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História. A primeira, como o próprio nome sugere, tem um foco no caráter interpretativo da *história-como-um-todo*, muito em razão da ausência de um sentido intrínseco desta. Já a segunda, na esteira das mais recentes discussões sobre uma “virada ética”, de modo geral, no campo das humanidades, sublinha que, para além da preocupação com a interpretação da existência histórica, é preciso pensar na alteridade temporal, isto é, como (re)conhecer contemporâneos e não-contemporâneos. Assim, ainda que por outros caminhos, seu artigo articula muitas das questões que levantamos sobre os usos do passado no campo da teoria da história.

Finalmente, a terceira e última parte do dossiê pode ser pensada como uma seção, assim como a primeira, de estudos de caso dos tensionamentos que cercam a disciplina histórica. Todavia, enquanto a primeira dá conta das *Críticas pluralistas à história historiográfica*, a final lida com os seus antípodas. Isto é, com as imposturas, os ataques, as extrapolações e as desqualificações da historiografia. Não se trata de fechar esse círculo de debates com uma mensagem desanimadora, ou mesmo pessimista, em relação às teorias da história e aos usos do passado na esfera pública. Pelo contrário, com isso esperamos destacar a sua complexidade e, sobretudo, como distinguir a crítica construtiva, inclusiva e que oxigena a historiografia do seu simples desprezo e descarada dissimulação. Apesar de

tensionarem a disciplina histórica, consideramos que essas duas dimensões partem de locais distintos. Além disso, como os estudos apresentados nas páginas deste dossiê corroboram, não é correta a afirmação corrente que diz que as críticas pluralistas, ao questionarem o estatuto disciplinar da historiografia, a deixaram à mercê de todas as formas de desvalorização e maleficência ou, como intitulamos o segmento derradeiro, dos *Usos nocivos da história e da memória atualmente*.

“Nazismo de esquerda”: *Representação falsificadora do passado e má-fé*, do historiador Michel Ehrlich, é um artigo que, como o próprio nome indica, encara essa noção amplamente divulgada, embora sem respaldo histórico, de que o nazismo seria uma ideologia de esquerda. Essa ideia aparece em obras populares, como *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013), e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flavio Quintela (2014), as quais são tomadas como as duas principais fontes de análise de Ehrlich. Apesar de serem livros de abordagens mais amplas, o autor foca no tópico do nazismo porque, como argumenta, as dissimulações frequentemente se concentram em eventos fundadores ou traumáticos que moldam identidades e percepções sociais, justamente para alterá-las. Ao lado de temas como a escravidão, ditaduras e tantos outros, alterar a forma de ver o nazismo, segundo Ehrlich, é uma maneira de ressignificar as próprias categorias de “esquerda” e “direita”. Amalgamados como simples projetos coletivos de futuro, nazismo e comunismo são contrapostos (do lado esquerdo do espectro político) a um suposto desenvolvimento espontâneo e involuntário da humanidade rumo ao capitalismo (em tese, associado aos movimentos conservadores de direita). Para que essa classificação faça sentido, os autores ignoram ou reinterpretem a historicidade do capitalismo e do liberalismo, criando um autoengano coletivo (má-fé, no sentido sartreano) que serve à narrativa política deles.

Não muito distante dessas últimas observações de Ehrlich, o historiador Lúcio Geller Junior, com o artigo intitulado *Consumindo o comunismo: memória, nostalgia, tempo e capitalismo na era pós-soviética*, finaliza o dossiê demonstrando como capitalismo se naturaliza quando até as memórias que poderiam criticá-lo - como as do comunismo - reproduzem a sua própria lógica de consumo. Em termos conceituais, o autor chama isso de “memória capitalista do comunismo” - diferente da “memória anticomunista do comunismo”, e mesmo da “memória apologética do comunismo” -, que dissocia os elementos eminentemente comunistas de seus horizontes emancipatórios e os reinscreve como um passado consumível dentro da ordem neoliberal. Para chegar a isso, Geller Junior tece uma reflexão sobre as formas de temporalização da experiência soviética com base em entrevistas

de história oral com mulheres ex-soviéticas radicadas no Brasil. Através disso, o autor não somente tematiza as relações entre memórias coletivas e memórias individuais, mas constrói a categoria de “memória capitalista do comunismo”, a qual instrumentaliza a reflexão sobre o estatuto contemporâneo das relações entre nostalgia, capitalismo e experiências do tempo. Ao articular as narrativas enunciadas pelas mulheres entrevistadas com aspectos da construção cultural e política da memória soviética na Rússia a partir dos anos 1990, a reflexão finaliza demonstrando como, subjacente aos sentidos das narrativas que se conflituam sobre a experiência soviética, repousou modos distintos de conceber o estatuto político e existencial do passado na sua relação com o presente.

Desse modo, encerramos este dossiê destacando sua excepcional pluralidade ao reunir olhares abertos sobre os usos do passado em interface com a teoria da história. Longe de tratar o passado como algo estanque, os artigos aqui reunidos o compreendem como um campo vivo de interpretações, reapropriações e controvérsias, numa relação estreita e mútua com o presente. Ao articular diferentes abordagens e experiências, o dossiê amplia o debate historiográfico e convida a refletir criticamente sobre as teorias da história e os usos do passado. Que esta leitura desperte questionamentos e inspire novas formas de pensá-los.

Boa leitura!

Referências

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.